



Número: **0805167-91.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **23/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAFAEL MESQUITA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4428619	05/03/2019 21:13	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
4428621	05/03/2019 21:13	<a href="#">02-Procuração e Documentos Pessoais</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4428622	05/03/2019 21:13	<a href="#">03-Declaração de Hipossuficiência</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4428623	05/03/2019 21:13	<a href="#">04-Ofício 187-CGJ-JUSTIÇA GRATUITA-LEI 1.060 de 1950</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4428624	05/03/2019 21:13	<a href="#">05-Laudo Médico, B.O, Doc Veiculo e 1º Atendimento</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4428625	05/03/2019 21:13	<a href="#">06-Prontuario Médico Hospitalar</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4428626	05/03/2019 21:13	<a href="#">07-Informações do Sinistro nº 3180-348862</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

## PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



# Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva


OAB/PI Nº 12.813

## PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: RAFAEL MESQUITA		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: SOLTEIRO	Profissão: AUTÔNOMO
RG nº: 0335225220074-SSP/MA	CPF/MF nº: 040.911.733-14	
Endereço: RUA JOÃO ISIDORO FRANCA Nº 6745 BAIRRO: ROTA VELHO TERESINA-PI CEP: 64008-010		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA	
Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)	
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI	RG nº: 1.457.994-SSP/PI
CPF/MF nº: 023.365.163-22	CPF/MF nº: 703.754.703-44
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.	
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).	
<p><b>PODERES:</b> Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, <u>podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer</u> está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor <u>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ PERMANENTE ADVINDOS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO</u></p>	

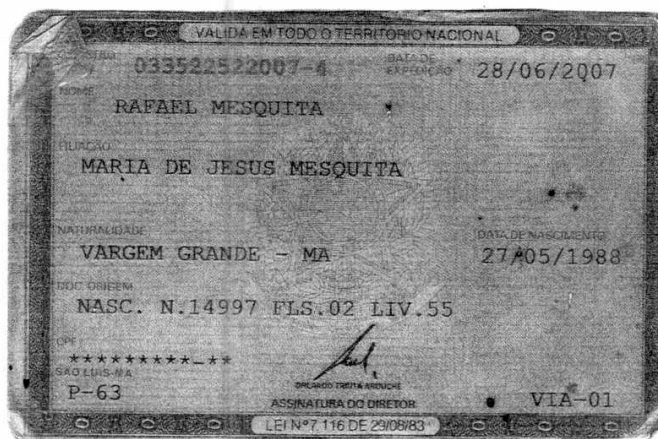
Teresina - PI, 07 de Janeiro de 2018.

  
-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961 / 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Entre em contato conosco  
**SAC DPVAT 0800 022 12 04**  
**www.seguradoralider.com.br**

**DEVOLUÇÃO**

Seguradora Líder - DPVAT

CAIXA POSTAL 40.970  
CEP: 20.270-971  
www.seguradoralider.com.br

**Para uso dos correios**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se      | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente    |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido  | <input type="checkbox"/> Não existe o nº Indicado |
| <input type="checkbox"/> Recusado      | <input type="checkbox"/> Falecido                 |
| <input type="checkbox"/> Ausente       |   |
| <input type="checkbox"/> Não procurado | Data ____/____/____                               |

**Responsável pela informação**

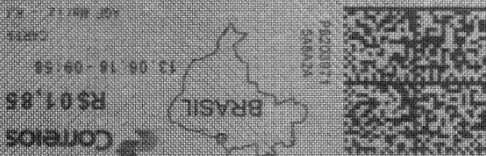
- ☐ Morador  
☐ Síndico  
☐ Porteiro

Entregador

RAFAEL MESSQUITA  
RUA JOÃO ISIDORO FRANÇA, 6745 CASA  
POTI VELHO  
CEP 64008-010 - TERESINA - PI

Administradora do Seguro DPVAT

**LÍDER**  
Seguradora



**Seguro DPVAT – Proteção para todos**

O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não) foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.

saiba +  
www.seguradoralider.com.br



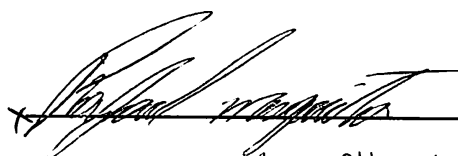
Seguradora  
**LÍDER**  
Administradora do Seguro DPVAT



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<u>Rafael Mesquita</u>		
Brasileiro (a)	<u>Solteiro</u>	<u>Autônomo</u>
RG nº: <u>0335225220074-SSP/MA</u>	CPF/MF nº: <u>040.911.733-14</u>	
Endereço: <u>Rua João Sidero Franca, nº 6745, bairro: Póly Velho, Cidade de Teresina-PI, CEP: 64008-010</u>		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de <b><u>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</u></b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de <b><u>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO</u></b>, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>998,00 (novecentos e noventa e oito reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 07 de Janeiro de 2019.

  
(CPF 040.911.733-14)





ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

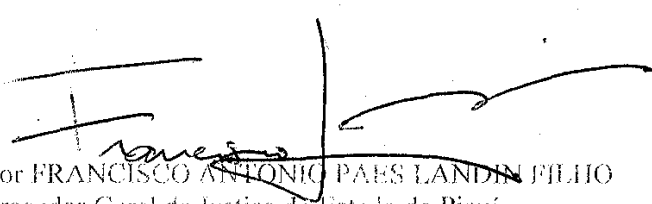
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

  
Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí







TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENDACAO/CNJ.  
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro*  
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí  
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
**1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da**

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800





**Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.**

**2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.**

**3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)**

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

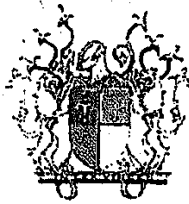
**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



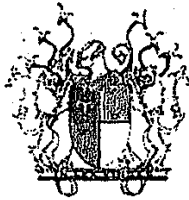


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii)* em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv)* nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v)* a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi)* tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii)* a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix)* em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

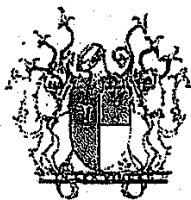
Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

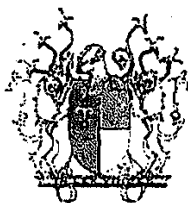
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o subscrito  
Parece, de Conselho  
Tribunal de Contas  
jul de 1997, para  
atribuição - que se  
introdução, para  
o fim de  
Tr





**COB Clinica Ortopedica Buenos Aires**

**Emissão: 15/08/2018 15:42 US**

**COB**  
Rua Castelo do Piauí, 3292 - Buenos Aires  
Teresina-PI - 64009-330  
Telefone: 86 3214-1600  
CLINICA ORTOPEDICA BUENOS AIRES

**Clinica Ortopedica Buenos Aires**

Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires  
Fones: (86) 3214-1600 • CEP 64.009-330 • Teresina-Piauí  
E-mail: clinicacob@hotmail.com

**\*\*\* IMPRESSÃO DO ATENDIMENTO \*\*\***

**Paciente: 052572-RAFAEL MESQUITA**

**Conv.: PARTICULA Idade: 30 Anos 21**

**Data: 15/08/2018 14:11**

**CID 10: T922 SEQUELAS DE FRAT AO NIVEL DO PUNHO E DA MAO**

**QUEIXA PRINCIPAL**

**ACIDENTE DE TRANSITO DIA 29/03/2018**

**BO 100203.001693/2018-53**

**H. D. ATUAL**

**HD FRAT RADIO D + LUXAÇÃO**

**DA RADIO ULNAR D**

**29/03 /2018 FEITO TRAT**

**CIRURGICO DE FRAT LUXAÇÃO RADIO D**

**EXAME GERAL**

**DOR LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM MSD**

**FORÇA MUSCULAR GRAU III EM MSD**

CRM-PI 2313

**EXAME COMPLEMENTAR**

**RX ANTEBRAÇO D FRAT RADIO D**

**COM SINTESE**

**DIAGNOSTICO E TRATAMENTO**

**RELATORIO DE ALTA MEDICA DEFINITIVA**

**COM PERDA DE 80 % EM MSD**

DR. FERDINAND FREITAS

CRM-PI 3096

DR. ROCELDO ANTONIO

CRM-PI 3531

15/08/2018

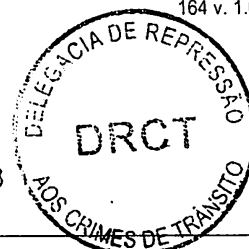
*Dr. Edmar S. L. Junior*  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PI 2323 / CRM-MA 3294





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia-Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

164 v. 1.0



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.001693/2018-53

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 05/06/2018 - 11:31

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. POTY VELHO, Nº:

Complemento

Data/Hora

29/03/2018 - 01:30

448610

Bairro

SANTA ROSA

Ponto de Referência

PONTE

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: RAFAEL MESQUITA

RG: 0335225220074 SSPMA MA

Mãe: MARIA DE JESUS MESQUITA

Pai: NAO

Endereço: RUA JOÃO ISIDORO FRANÇA, Nº 6745

Bairro: POTI VELHO

Cidade: TERESINA - CEP: 64008-010

Telefone(s): 86-8893-8243 86-8828-3112

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

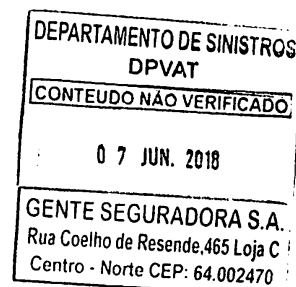
RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA QUE CONDUZIA A MOTO DE SUA PROPRIEDADE, MARCA HONDA/CG 160 START, PLACA OEA-1081-PI, COR VERMELHA, RENAVAM 01144841400, E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, SENTIDO PONTE, QUANDO PERDEU O CONTROLE DA MOTO AO PASSAR POR UMAS TARTARUGAS. FOI LEVADO POR MARIA DAS GRAÇAS GOMES SILVA, RUA JOÃO ISIDORO FRANÇA, Nº 6818-POTI VELHO, E LEVADO PARA O PRONTOMED. (PRONT. 361.296). DECLARAÇÕES DA NOTICIANTE.

Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166  
AGENTE DE POLÍCIA

Rafael Mesquita  
RAFAEL MESQUITA - Noticiante  
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO!  
07 JUN. 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002477



HOSPITAL GERAL DO BUENO ARES  
ENTREGUE

Documento Confere Conforme Original  
THE 14.02.18

Solo Produção

MS/DATASUS

HOSPITAL DO BUENOS

Nº. DO BE: 409760 DATA: 27/05/2010 HORA: 02:10  
CNS: 700000470502100 CLTOR: 01 CLINICA MEDICA

UQUARIO: ANALIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : RAFAEL MEOQUITA DOC...:  
IDADE.....: 27 ANOS NASC: 27/05/1983 SEXO...: MASCULINO  
ENDEREÇO.....: RUA JOAO ISIDORIO FRANCA NUMERO: 6745  
COMPLEMENTO....: BAIRRO: POTY VELHO  
MUNICIPIO.....: TEREZINA UF: PI CEP...:  
NOME PAI/MAE...: /MARIA DE JESUS MEOQUITA  
RESPONSÁVEL....: O PROPRIO TEL...:  
PROCEDENCIA....: POTY VELHO  
ATENDIMENTO....: ACIDENTE AUTOMOVEL, CARRO E MOTO  
CADO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [ X mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] FREQ: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] CANCUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

TRAUMA

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO:  
0.7 JUN. 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

- 1) Rins X de Mas E. Rins E e Arterias D
- 2) Voltaren - 1 amp (1h)
- 3) Dexametasona - 1 amp + AD, (5v)
- 4) Diquiana - 1 amp + AD, (5v)

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: / /

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVACUACAO [ ] RESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (CLTOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

ORITO: [ ] ATE 40MS [ ] APDS 40MS [ ] FAMILIA [ ] ANAT. PATOL.

Aldeneide da Silva Bezerra

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO





**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1544520

Paciente:	RAFAEL MESQUITA	Atendimento:	1.544.520	Prontuário:	361.269
Nascimento:	27/05/1988 29a 10m 8d	Convenio:	MEDPLAN / APARTAMENTO		
Data Entrada:	29/03/2018 03:00:07	Liberação:	29/03/2018 03:24:36	Prescrição:	1270524
Médico Responsável:	Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370)	Data Presc:	29/03/2018 03:23:00		
Prescritor:	JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR	Validade:	29/03/2018 03:23:00 / 30/03/2018 02:59:59		
Guia:	84381949	Matrícula Conv:	27317000	Senha:	84381949

Diretor Técnico Médico:

29/03/2018 03:09 29/03 03:10

EVOLUÇÃO MEDICO PA  
Diagnóstico: M255

Anamnese / Quadro Clínico:

PCTE VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO COM FX-LUXACAO DE GALEAZZI A DIREITA. NV +

CD - TALA  
PRE-OP

**Medicamentos**

1 Dexametasona 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml) 1 Frasco-ampola Agora. 03:24

Separar 2,5 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
Administrar 12,5 Mililitros (Agora. Intravenosa)

Observação:

2 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL) 1 Ampola Agora. IV 03:24

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
Administrar 12 Mililitros (Agora. Intravenosa)

Observação:

3 Profenid Iv Fr 100mg Inj. 1 Frasco-ampola Agora. 03:24

Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)  
Administrar 100 Mililitros (Agora. Intravenosa) em 20 minutos

Observação:

4 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml) 1 Frasco Agora. IV 03:24

Administrar 500 Mililitros (Agora. Intravenosa)

Observação:

5 Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL 1 Ampola Agora. IV 03:24

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)  
Administrar 100 Mililitros (Agora. Intravenosa)

Observação:

6 Zofran Inj. Ap (4mg - 2ml) 1 Ampola Agora. IV 03:24

Separar 2 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)  
Administrar 102 Mililitros (Agora. Intravenosa)

Observação:

  
Dr. Jose de Sampaio Carvalho Junior  
CRM 4370

Impresso em 04/04/2018 10:30:13

Página 1

JOSES / MedicoP

Pronto Atendimento - PMA EMERGENCIA

Paciente: RAFAEL MESQUITA

leito/quarto:





**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1544520

Paciente:	RAFAEL MESQUITA	Atendimento:	1.544.520	Prontuário:	361.269
Nascimento:	27/05/1988 29a 10m 2d	Convenio:	MEDPLAN / APARTAMENTO		
Data Entrada:	29/03/2018 03:00:07	Atendimento:	29/03/2018 03:11:28	Prescrição:	1270523
Médico Resp:	Dr. Jose de Sampaio Carvalho Junior (CRM 4370)	Atendimento:	29/03/2018 03:11:00		
Prescritor:	Jose de Sampaio Carvalho Junior (CRM	Validade:	29/03/2018 03:11:00 / 30/03/2018 02:59:59		
Guia:	84381949	Serha:	84381949		
Materia Conv:	27317000				
Diretor Técnico Médico:					
Data Evolução:	29/03/2018 03:09				
	29/03/2018 03:10				

**EVOLUÇÃO MEDICO PA**  
Diagnóstico: M255

Anamnese / Quadro Clínico:

PCTE VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO.COM FX-LUXACAO DE GALEAZZI A DIREITA. NV +

CD - TALA  
PRE-OP

**Procedimentos/Sinais/Exames**

1 Tala Gessada Axilo-Palmar

Agora.

Dr. Jose de Sampaio  
Ortopedista/Cirurgia do Joelho  
CRM-PI 4370 / TR0T 13855  
CNS 980016288855206

Dr. Jose de Sampaio Carvalho Junior  
CRM 4370

**AUTORIZADO**

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
07 JUN. 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470

Impresso em 29/03/2018 03:11:39

Página 1

Paciente: RAFAEL MESQUITA

Pronto Atendimento - PMA EMERGENCIA  
leito/quarto:

JOSES / JOSES



prontomed

# **PRONTOMED ADULTO** **Prescrição Eletrônica Paciente**



1544522

paciente	<b>RAFAEL MESQUITA</b>	Atendimento	<b>1.544.522</b>	Prontuário	<b>361.269</b>
ascimento	27/05/1988 29a 10m 2d	Convênio	<b>MEDPLAN / APARTAMENTO</b>		
ata Entrada	29/03/2018 04:16:53	Liberação	29/03/2018 06:49:18	Prescrição	<b>1270567</b>
édico Resp	<b>Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370)</b>	Data Prescr.	29/03/2018 06:45:00		
rescritor	<b>JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR</b>	Validade	29/03/2018 07:00:00 / 30/03/2018 14:59:59		
etor	<b>Posto Ilhas - PMA - 5º andar</b>	Leito/Quarto	<b>F. NORONHA</b>		
ID	<b>S52.3 Frat da diáfise do radio</b>				
iretor Técnico Médico:					

letas	Dose	Frequência	
-------	------	------------	--

edicamentos	Dose	Frequência	
-------------	------	------------	--

1 Soro Glicosado 5% Ecoflac Frsc (500 ml)	1 Frasco	12/12 h (10-22)	IV	10 23 10 1°
---	----------	-----------------	----	-------------

Administrar 500 Mililitros (12/12 h (10-22) Intravenosa)

Observação:

4 Glicose Hipertônica 50% Inj. Ampola C/ 10ml	3 Ampola	1x Manhã	IV	10
---	----------	----------	----	----

Administrar 30 Mililitros (1x Manhã Intravenosa)

Observação:

8 Dexametasona 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)	1 Frasco-ampola	2x dia	IV	07 13 07
---------------------------------------	-----------------	--------	----	----------

em "bolus"

Separar 2,5 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Administrar 12,5 Mililitros (2x dia Intravenosa)

Observação:

9 Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml - 2ml)	1 Ampola	3x dia	IV	07 13 07
--	----------	--------	----	----------

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Administrar 12 Mililitros (3x dia Intravenosa)

Observação:

Zofran Inj. Ap (4mg - 2ml)	1 Ampola	8/8 h.	IV	14 22 05 14
----------------------------	----------	--------	----	-------------

Separar 2 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Administrar 102 Mililitros (8/8 h. Intravenosa)

Observação:

12 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	1 Ampola	6/6 h.	IV	12 18 05 12
--	----------	--------	----	-------------

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Administrar 12 Mililitros (6/6 h. Intravenosa)

Observação:

Profenid Iv Fr 100mg Inj.	1 Frasco-ampola	2x dia	IV	07 13 07
---------------------------	-----------------	--------	----	----------

Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Administrar 100 Mililitros (2x dia Intravenosa) em 20 minutos

Observação:

Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	1 Ampola	8/8 h.	IV	14 22 05 14
--------------------------------	----------	--------	----	-------------

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Administrar 100 Mililitros (8/8 h. Intravenosa)

Observação:

Dr. José de Sampaio  
Ortopedista/Cirurgião do Joelho  
CRM-P1 4370 / TEOT 12855  
CNS 98001628885206

Dr. José de Sampaio Carvalho Junior  
CRM 4370

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
07 JUN, 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470

Impresso em: 29/03/2018 06:49:30

Página 1

JOSES

CATE144



**PRONTOMED ADULTO**  
**Sumário de alta/Transferência**

Paciente	RAFAEL MESQUITA	Atendimento	1.544.522	Prontuário	361.269
Data Nasc.	27/05/1988	29 Anos	Dt. Entrada	29/03/2018 04:16:53	
Sexo	Masculino	Convênio	MEDPLAN		
Setor	Posto Princesas - PMA - 5º andar	Apartamentos	REGINA		

Data Alta	29/03/2018 21:03:29	Data Liberação	29/03/2018 21:04:31
Profissional	JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR	Tipo Sumário	Alta
Motivo Alta	Alta médica		
Setor			
Responsável Alta	JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR		
Necropsia			
Causa da Morte			

**Resumo**

PACIENTE NO POI DE RAFI DE FX -LUXACAO GALEAZZI ANTEBRACO DIR,  
EVOLUI BEG, LOTE, EUPNEICO, CORADO, AFEBRIL, SEM DOR, DIURESE +.  
NV + MSD. RX OK

CD - ALTA AMANHA AS 9H APÓS CURATIVO

*Dr. José de Sampaio*  
Ortopedia & Traumatologia  
CRM-PI 4370 / TEOT 13855





PRONTOMED ADULTO  
CNPJ: 63.326.243/0002-15  
RUA PAISSANDU, 1842, CENTRO | CEP: 64.001-120  
TERESINA - PI Fone (86) 3131-1234 :: Email: nfse@medimagem.com.br  
Diretor Técnico:

Atendimento: 1544522  
Paciente RAFAEL MESQUITA  
Endereço AVENIDA JOÃO ISIDORO FRANÇA, 6745 POTY VELHO, TERESINA, PI  
Data de emissão: 29/03/2018 21:02:14

RECEITA MÉDICA

RELATORIO MEDICO

O SR RAFAEL MESQUITA ESTA NO POI DE  
OSTEOSSINTESE  
DE FRATURA DO ANTEBRACO DIREITO,  
NECESSITA DE  
120 DIAS DE AFASTAMENTO LABORAL PARA  
RECUPERACAO.

S523

  
Dr. José de Sampaio Carvalho Júnior  
CRM 4370

Dr. José de Sampaio  
Ortopedia & Traumatologia  
CRM-PI 4370 / TECT 13835

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
07 JUN, 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470





**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1544522

Paciente: **RAFAEL MESQUITA** 1.544.522 361.269  
Nascimento: 27/05/1988 29a 10m 2d PESO  
Data Entrada: 29/03/2018 04:16:53 MEDPLAN / APARTAMENTO  
Médico Res: Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370) 29/03/2018 12:43:26 1271500  
Prescritor: JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR 29/03/2018 12:41:00  
Setor: Posto Ilhas - PMA - 5º andar 29/03/2018 15:00:00 / 30/03/2018 14:59:59  
CID: S52.3 Frat da diálise do radio F. NORONHA  
Diretor Técnico Médico:

Dieta: **BRANDA** Contínuo

Dieta Branda *claudia ciente 15:19*

Medicamentos: 7 KEFAZOL 1G INJ. 1 Frasco-ampola 8/8 h. IV 22 14 1°

Reconstituir cada Frasco-ampola em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
Administrar 10 Mililitros (8/8 h. Intravenosa)  
Observação:

Procedimentos/Serviços/Exames: 1 RX Antebraço 1 Vez 15  
Lado: Direito  
2 Curativo Médio Pono

*Dr. José de Sampaio Carvalho Junior*  
**CRM 4370**

*Dr. José de Sampaio*  
Ortopedista / Cirurgião do Joelho  
CRM-PI 4370 / TEO 13855  
CNS 980016288955206

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
07 JUN, 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470

Impresso em: 29/03/2018 12:43:41 Página 1 JOSES CATE144





## Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

Diretor Técnico Médico:

Paciente: **RAFAEL MESQUITA**  
Data Nascimento: **27/05/1988**  
Idade: **29 anos**  
Sexo: **Masculino**  
Convênio: **MEDPLAN**  
Cod. Inscrição: **27317000**  
Atendimento: **1544522**  
Prontuário: **361269**

Data: **29/03/2018**  
Local: **Centro Cirúrgico 01 - PMA**  
Procedimento: **Fratura E/Ou Luxações (Incluindo Descolamento)**  
Paciente: **JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR**  
Médico: **Argemiro Ferreira de Andrade Neto**  
Anestesia: **Bloqueio**  
Data: **29/03/2018**

### Agentes anestésicos / Terapia Hidroeletrolítica / Medicamentos

Dormonid 5 mg/mL 3mL	Dormonid 5 mg/mL Inj. Ap-3mL	1 Ampola	S	11:22
Fentanila 50 mcg/mL Inj. Ap-10 mL	Fentanila 50 mcg/mL Inj. Ap-10 mL	1 Ampola		
Ketamin 50 mg/mL-10 mL	Ketamin 50 mg/mL Inj. Fr-ap-10 mL	1 Frasco-	S	11:23
Oxigenio	CINABRO DE OXIGENIO	2 Frascos de 1 Litro		
Bextra 40 Mg Inj.	WHITE MED Bextra Inj. Fa (40mg)	1 Frasco-	S	12:03
Dipirona Sódica 500 mg/mL Inj. Ap-2 mL	Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	1 Ampola		
Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	1 Ampola	S	12:02
LOCALIZAR Agentes Anestésicos	Naropin Inj. (AM-10MG-10ML)	1 Ampola	S	
	Lidocaína 2% C/V INJ (FR 20MG-20ML)	1 Ampola	S	11:25
Cefazolina 1g Inj.	Cefazolina 1g Inj.	2 Frasco		

### Sinais Vitais e Monitorização

12:24 Sinusal 75 130 80 96 16 99

Tipo: Anestesia

Adendo: **BLOQUEIO DE PLEXO BRAQUIAL COM 20ML DE LIDOCAÍNA 1,5% C/ AD + 20ML DE ROPIVACAÍNA 0,33%  
SEDAÇÃO COM 5MG DE DORMONID, 50MCG DE FENTANIL, 20MG DE CETAMINA E 100 DE PROPOFOL**

### Resumo de insumos utilizados

Apresentação Comercial	Dose Total	Quantidade Utilizada
Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL	50 ml	5 amp
Bextra Inj. Fa (40mg)		0
Cefazolina 1g Inj.	2 FA	2 FA
Clorotol Per Sódica 0,9% Inj. Ampola C/ 3		0
Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	2 amp	2 amp
Dormonid 5 mg/mL Inj. Ap-3mL	0 amp	0 amp
Fentanila 50 mcg/mL Inj. Ap - 10 mL	1 ml	1 ml
Ketamin 50 mg/mL Inj. Fr-ap-10 mL	0 amp	0 amp
Lidocaína 2% C/V INJ (FR 20MG-20ML)	1 amp	1 ml
Naropin Inj. (AM-10MG-10ML)	1 amp	0 amp
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500	0 ml	0 Fr
Soro Fisiológico 0,9% Minijac Frsc (500	0 ml	0 ml
Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	1 amp	1 amp

Argemiro Ferreira de Andrade Neto  
MÉDICO / CRM-PI 3125  
CPF: 783.532.583-57

Impresso em 29/03/2018 12:32:15

Página 1

Paciente: **RAFAEL MESQUITA**

Dr. Argemiro Ferreira de Andrade Neto (CRM 3125)

Sector: Centro Cirúrgico 01 - PMA

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
07 JUN, 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470  
WATE61440  
F.





**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1544520

Paciente: **RAFAEL MESQUITA** Atendimento: **1.544.520** Prontuário: **361.269**  
Nascimento: **27/05/1988 29a 10m 8d** Convênio: **MEDPLAN / APARTAMENTO**  
Data Entrada: **29/03/2018 03:00:07** Liberação: **29/03/2018 03:24:36** Prescrição: **1270524**  
Médico Resp: **Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370)** Data Presc: **29/03/2018 03:23:00**  
Prescritor: **JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR** Validade: **29/03/2018 03:23:00 / 30/03/2018 02:59:59**  
Guia: **84381949** Marca-Conv: **27317000** Senha: **84381949**  
Diretor Técnico Médico:

29/03/2018 03:09 29/03 03:10

**EVOLUÇÃO MEDICO PA**  
Diagnóstico: **M255**

Anamnese / Quadro Clínico:

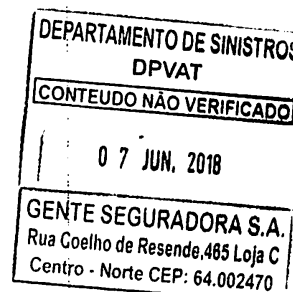
**PCTE VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO COM FX-LUXACAO DE GALEAZZI A DIREITA. NV +**

**CD - TALA**  
**PRE-OP**

**Medicamentos**

- 1 Dexametasona 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)** 1 Frasco-ampola Agora. 03:24  
Separar 2,5 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
Administrar 12,5 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:
- 2 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)** 1 Ampola Agora. IV 03:24  
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
Administrar 12 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:
- 3 Profenid Iv Fr 100mg Inj.** 1 Frasco-ampola Agora. 03:24  
Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)  
Administrar 100 Mililitros (Agora. Intravenosa) em 20 minutos  
Observação:
- 4 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)** 1 Frasco Agora. IV 03:24  
Administrar 500 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:
- 5 Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL** 1 Ampola Agora. IV 03:24  
Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)  
Administrar 100 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:
- 6 Zofran Inj. Ap (4mg - 2ml)** 1 Ampola Agora. IV 03:24  
Separar 2 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)  
Administrar 102 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:

*Dr. José de Sampaio Carvalho Júnior*  
**CRM 4370**



Impresso em **04/04/2018 10:30:13**  
Página **1**

**Pronto Atendimento - PMA**

**JOSES / MedicoP**

**EMERGENCIA**  
**leito/quarto:**

Paciente: **RAFAEL MESQUITA**



# CONSUMO DE MATERIAL EM SALA CIRÚRGICA

Paciente **RAFAEL MESQUITA** Dt. Entrada 29/03/2018  
 Data Nascto 27/05/1988 Setor Centro Cirúrgico 01 - PMA  
 Idade 29 anos Cir Realizada Fratura E/Ou Luxações (Incluindo Descolamento  
 Sexo Masculino Cirurgião JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR  
 Convênio MEDPLAN Anestesista Argemiro Ferreira de Andrade Neto  
 Cód usuário 27317000 Início cirurgia 29/03/2018 11:05:00  
 Atendimento 1544522 Fim cirurgia 29/03/2018 12:34:08  
 Prontuário 361269 Cirurgia 29959

## Participantes

Função	Participante	Código prof
Anestesista	Argemiro Ferreira de Andrade	3125
Anestesista	Argemiro Ferreira de Andrade	3125
Circulante	ALMERINDA PEREIRA DE	203634
Circulante	ALMERINDA PEREIRA DE	203634
Cirurgião Principal	JOSE DE SAMPAIO	4370
Cirurgião Principal	JOSE DE SAMPAIO	4370
Instrumentador	IVANETE BARBOSA DOS	372940
Instrumentador	IVANETE BARBOSA DOS	372940
Primeiro Auxiliar	BRUNO MACHADO PEREIRA	4692
Primeiro Auxiliar	BRUNO MACHADO PEREIRA	4692

## Equipamentos

Equipamento	Quantidade	Profissional	Observação
Bisturi Elétrico - PMA	1	ALMERINDA PEREIRA DE OLIVEIRA	
Carro de anestesia - PMA	1		
Fonte de luz - PMA	1		
Garrote Pneumático - PMA	1		
Intensificador - PMA	1		
Mesa Ortopédica - PMA	1		
Monitor cardíaco - PMA	1		
Oxigênio - PMA	1		
Perfurador Elétrico - PMA	1		
Stimuplex - PMA	1		

## Evolução

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
29/03/2018 11:05	29/03 12:19	Técnico de			ALMERINDA PEREIRA	COREN 203634
Paciente Admitido na s.o para tratamento cirurgico a SER realizado pelo Dr Jose Sampaio , pct . veio de maca consciente orientado fásico com prontuário ficha de internação + um filme , nega alergia medicamentosa /dm /has , monitorizado e realizado anestesia sedação + bloqueio pelo Dr Argemiro anesthesiologista .						
29/03/2018 12:50	29/03 13:00	Técnico de			ALMERINDA PEREIRA	COREN 203634
Paciente segue para SRPA no POI sonolento em HV,SSVdentro da normalidade com prontuário + relatório cirurgico ,prescrição médica e um filme , rx para controle o mesmo segue sob cuidados médico e enfermagem.						

## Eventos

Início	Evento	Profissional	Código prof
10:55	Chegada do paciente no (Centro Cirúrgico)	ALMERINDA PEREIRA DE	203634
11:05	Entrada do paciente na sala cirúrgica	ALMERINDA PEREIRA DE	203634
11:15	Início da Anestesia	ALMERINDA PEREIRA DE	203634
11:40	Início do procedimento cirúrgico	ALMERINDA PEREIRA DE	203634
12:34	Fim do procedimento cirúrgico	ALMERINDA PEREIRA DE	203634
12:40	Término da anestesia	ALMERINDA PEREIRA DE	203634
12:50	Encaminhamento p/ SRPA	ALMERINDA PEREIRA DE	203634

## Procedimentos/Serviços

Procedimento	Médico	Porte	Qt d	Classificação
Fratura E/Ou Luxações (Incluindo Descolamento Epifísario Cotovelo-Punho) - Tratamento Cirúrgico Reconstrução. Retencionamento Ou			1	

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT

CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
07 JUN. 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja CATE  
Centro - Norte CEP: 64.002470

Impresso em 29/03/2018 13:00:17

Página: 1/2



## Descrição Cirurgia

Paciente: RAFAEL MESQUITA  
Prontuário: 361.269  
Dt. Nascimento: 27/05/1988 29  
Sexo: Masculino  
Telefone: 988798248  
Caráter Clín: Urgência  
Setor: Centro Cirúrgico 01 - PMA  
Convênio: MEDPLAN  
Observação:  
Proced. Princ: 30720095 Fratura E/Ou Luxações (Incluindo Descolamento Epifisário Cotovelo-Punho) - Tratamento Cirúrgico

Procedimento: 30720095 - Fratura E/Ou Luxações (Incluindo Descolamento Epifisário Cotovelo-Punho) - Tratamento Quantidade: 1

Função	Descrição	Quantidade
2	Cirurgião Principal	2287 JOSE DE SAMPAIO CARVALHO 4370
3	Primeiro Auxiliar	93413 BRUNO MACHADO PEREIRA 4692
5	Anestesista	743 Argemiro Ferreira de Andrade Neto 3125
6	Instrumentador	109187 IVANETE BARBOSA DOS SANTOS 372940
7	Circulante	109204 ALMERINDA PEREIRA DE 203634

Dr. Jose de Sampaio  
Ortopedista/Cirurgia do Joelho  
CRM-PI 4370 / TET 13855  
CNS 98001628855205

Procedimento: 30737052 - Reconstrução, Retencionamento Ou Reforço De Ligamento Ou Reparo De Cartilagem Quantidade: 1

Função	Descrição	Quantidade
2	Cirurgião Principal	2287 JOSE DE SAMPAIO CARVALHO 4370
3	Primeiro Auxiliar	93413 BRUNO MACHADO PEREIRA 4692
5	Anestesista	743 Argemiro Ferreira de Andrade Neto 3125
6	Instrumentador	109187 IVANETE BARBOSA DOS SANTOS 372940
7	Circulante	109204 ALMERINDA PEREIRA DE 203634

Dr. Jose de Sampaio  
Ortopedista/Cirurgia do Joelho  
CRM-PI 4370 / TET 13855  
CNS 98001628855205

Diagnóstico Pré-Operatório

Resumo Cirurgia

Diagnóstico Pós-Operatório

Exame Radiológico

Exame Anatomopatológico

Cirurgia

pcte em ddh sob anestesia;  
kefazol 2 g ev;  
antisepsia + assepsia em msd;  
smarch em braco dir;  
incisao de thomson em antebraço dir;  
reducao de fx-lux de galeazzi;  
osteossintese com placa dcp 3.5 mm;  
reducao da ARUD e fixacao com 01 fio K 2.0 em supinacao;  
fechamento por planos;  
curativo;  
boa perfusao distal apos retirada do smarch;

DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
07 JUN. 2018
GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470

Dr. Argemiro Ferreira de Andrade Neto  
Anestesiologia  
CRM-PI 3125

Dr. Almerinda Pereira de  
Tratamento

Impresso em: 29/03/2018 12:39:32

Página 1

JOSES

CATE





**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1544522

Paciente: **RAFAEL MESQUITA**  
Nascimento: 27/05/1988 29a 10m 3d Peso: **1.544.522** Prontuário: **361.269**  
Data Entrada: 29/03/2018 04:16:53 MEDPLAN / APARTAMENTO  
Médico Resp: **Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370)** 30/03/2018 08:54:36 Prescrição: **1272306**  
Prescritor: **Vinicius Ribeiro Dias (CRM 6840)** 30/03/2018 08:54:00  
Setor: **Posto Princesas - PMA - 5º andar** Validade: 30/03/2018 09:00:00 / 31/03/2018 14:59:59  
CID: **S52.3 Frat da diáfise do rádio** Leito/Quarto: **REGINA**  
Diretor Técnico Médico:

Dieta: **BRANDA** Continuo

**Dieta Branda**

Medicamentos: **1 Soro Glicosado 5% Ecoflac Frsc (500 ml)** 1 Frasco 12/12 h (10-22) IV 10 22 10 2°

Administrar 500 Mililitros (12/12 h (10-22) Intravenosa)

Observação:

**4 Glicose Hipertônica 50% Inj. Ampola C/ 10ml** 3 Ampola 1x Manhã IV 10

Administrar 30 Mililitros (1x Manhã Intravenosa)

Observação:

**7 KEFAZOL 1G INJ.** 1 Frasco-ampola 8/8 h. IV 14 22 06 142°

Reconstituir cada Frasco-ampola em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Observação:

**8 Dexametasona 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)** 1 Frasco-ampola 2x dia IV 09 21 09

Separar 2,5 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Observação:

**9 Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml - 2ml)** 1 Ampola 3x dia IV 09 17 01 09

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Observação:

**Zofran Inj. Ap (4mg - 2ml)** 1 Ampola 8/8 h. IV 14 22 06 14

Separar 2 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Observação:

**12 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)** 1 Ampola 6/6 h. IV 12 18 00 06 12

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Observação:

**Profenid Iv Fr 100mg Inj.** 1 Frasco-ampola 2x dia IV 09 21 09

Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Observação:

**Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL** 1 Ampola 8/8 h. IV 07 JUN, 2018

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Observação:

Procedimentos/Serviços/Exames: **3 Curativo Médio Porte** 1x Manhã 10

Impresso em: 30/03/2018 08:54:48

Página 1

VINICIUSR

CATE144





**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1544520

Paciente: **RAFAEL MESQUITA**  
Nascimento: 27/05/1988 - 29a 10m 2d  
Data Entrada: 29/03/2018 03:00:07  
Médico-Resp: Dr. Jose de Sampaio Carvalho Junior (CRM 4370)  
Prescritor: Jose de Sampaio Carvalho Junior (CRM 4370)  
Guia: 84381949 Matr. Conv: 27317000  
Diretor Técnico Médico:  
Atendimento: 1.544.520 Prontoatendimento: 361.269  
MedPLAN / APARTAMENTO  
29/03/2018 03:24:36 Prescrição: 1270524  
29/03/2018 03:23:00  
29/03/2018 03:23:00 / 30/03/2018 02:59:59  
84381949 *F. Naranha*

Data evolução: 29/03/2018 03:09 29/03 03:10

EVOLUÇÃO MEDICO PA  
Diagnóstico: M255

Anamnese / Quadro Clinico:

PCTE VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO COM FX-LUXACAO DE GALEAZZI A DIREITA. NV +

CD - TALA  
PRE-OP

Medicamento: 1544520

- 1 **Dexametasona 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)** 1 Frasco-ampola Agora. 03:24  
Separar 2,5 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
Administrar 12,5 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:
- 2 **Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)** 1 Ampola Agora. IV 03:24  
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL  
Administrar 12 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:
- 3 **Profenid Iv Fr 100mg Inj.** 1 Frasco-ampola Agora. 03:24  
Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 mL)  
Administrar 100 Mililitros (Agora. Intravenosa) em 20 minutos  
Observação:
- 4 **Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)** 1 Frasco Agora. IV 03:24  
Administrar 500 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:
- 5 **Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL** 1 Ampola Agora. IV 03:24  
Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 mL)  
Administrar 100 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:
- 6 **Zofran Inj. Ap (4mg - 2ml)** 1 Ampola Agora. IV 03:24  
Separar 2 Mililitros do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 mL)  
Administrar 102 Mililitros (Agora. Intravenosa)  
Observação:

DIETA ZERO

*Dr. Jose de Sampaio Carvalho Junior*  
**CRM 4370**

*Dr. Jose de Sampaio*  
Ortopedista/Cirurgia de Joelho  
CRM-PJ 4370 / TEOT 13855  
CNS 98001628855201

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT

CONTEUDO NÃO VERIFICADO

07 JUN, 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470

Impresso em 29/03/2018 03:24:45

Página 1

JOSES / JOSES

Pronto Atendimento - PMA EMERGENCIA

Paciente: RAFAEL MESQUITA

leito/quarto:









PRONTOMED ADULTO  
FICHA DE ATENDIMENTO



1544522

Internação: 1544522	Dt Internação: 29/03/18 04:16:53	Setor: Sala de Espera - PMA
Nome: MARIA DE JESUS MESQUITA		Quarto: ESPERA 07
Nascimento: 27/02/00 09h 10m 20s	Sexo:	Acomodação:
Estado Civil:	Fone Pac.: 966796246	Diária: Apartamento privativo
Convênio: MEDPLAN	Matrícula: 2731.7000.	
R.G.C.N.: 033.522.522	C.P.F.: 040.911.733-14	
Endereço: AVENIDA JOÃO ISIDORO FRANÇA, 6745 POTY VELHO TERESINA PI		
Nome da Mãe: MARIA DE JESUS MESQUITA		
Procedimento:		
Responsável: JOSE LAERCIO RODRIGUES DA SILVA	Funcionário: SAMARAA	
Endereço:		
Nascimento: 01/01/1975	Doc. Resp:	SPF:
Fone Resp:	Observações:	
Médico Resp: Dr. Jose de Sampaio Carvalho Junior (CRM 4370)	Tratamento: Cirurgica	

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO DO PACIENTE

Considerando o artigo 59 do Código de Ética Médica e os artigos 6º III e 39 VI da Lei 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), que garante ao paciente informações sobre seu estado de saúde, eu, \_\_\_\_\_, representante legal do (a) paciente \_\_\_\_\_, estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, declaro para os devidos fins que fui previamente informado pelo médico, Dr. (a) \_\_\_\_\_, CRM ( ) nº \_\_\_\_\_, do meu, ou do paciente o qual sou responsável, estado de saúde, diagnóstico e evolução provável da doença.

Declaro, igualmente, ter sido informado de forma clara sobre a finalidade, os benefícios e os riscos do tratamento e procedimentos a que vou me submeter ou a que vai ser submetido o paciente do qual sou responsável, bem como os efeitos colaterais e outras intercorrências e anormalidades que poderão advir do mesmo.

Procedimentos:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

(Exemplos: Procedimentos invasivos e/ou cirurgia; Sedação, anestesia ou acompanhamento do anestesista; Transfusão de sangue e hemocomponentes.)

Declaro, ainda, estar ciente de que o tratamento a ser adotado não implica necessariamente na cura e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o(a) médico(a) a modificar condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a) desde já a tomar providências necessárias para tentar solucionar os problemas surgidos, seguindo seu julgamento, bem como uso de hemoderivados e transporte inter-hospitalar se houver necessidade.

Ademais, ainda, informo estar ciente de que o Hospital não responde por qualquer objeto e/ou valores dos pacientes e acompanhantes, tendo em vista que todos os apartamentos possuem sua própria chave, sendo, pois, de sua inteira responsabilidade.

Assim sendo, concordo com o referido tratamento e, para tanto, assino o presente documento na presença de testemunhas. No caso de no futuro tornar-me incapaz de tomar decisões sobre minha saúde, indico como meu representante \_\_\_\_\_, com documento de identidade nº \_\_\_\_\_.

Teresina, 29 de março de 2018.

X Jose Laercio Rodrigues da Silva  
Assinatura do paciente ou responsável legal  
RG nº: 1452053

Declaro para os fins que se fizerem necessários que todos os documentos que me foram solicitados no momento da autorização dos procedimentos hospitalares realizados no Hospital me foram prontamente devolvidos.

X Jose Laercio Rodrigues da Silva  
ASS. DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

DEPARTAMENTO DE SINISTRO  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
07 JUN. 2018  
GENTE SEGURADORA S.A  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002470

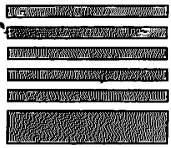
Impresso em: 29/03/2018 04:19:05

Página 1

SAMARAA

CATE893





**med  
imagem**

Nome: RAFAEL MESQUITA  
Dt. Nasc: 27/05/1988 Idade: 29 anos Sexo: Masculino RG: 0335225220074  
SSP MA  
CPF: 04091173314  
Médico Solicitante: JOÃO MAURÍCIO MOURA NUNES  
Atendimento: 1739190 Prescrição: 1422629  
Data: 16/05/2018 17:47:18

## RX DIGITAL DO ANTEBRAÇO DIREITO (02 INC.)

### ACHADOS:

Fratura da diáfise distal do rádio, fixada com placa e parafusos metálicos.  
Interlinhas e superfícies articulares: íntegras.  
Partes moles sem alterações radiológicas.

### CONCLUSÃO:

- 1.FRATURA DA DIÁFISE DISTAL DO RÁDIO, FIXADA COM PLACA E PARAFUSOS METÁLICOS;
- 2.Ausência de outras anormalidades detectáveis pelo método.

*Nilton Bandeira*

Dr. Nilton Bandeira Santos Filho  
CRM 3083



Rua Paissandu, 1862 - Teresina - Piauí  
Fone: (86)3131.1234 Fax: (86)3223.4826  
E-mail: falecom@medimagem.com.br  
Visite nosso site: www.medimagem.com.br

Digitador(a): FERNANDA RODRIGUES VIANA



PRONTOMED ADULTO  
CNPJ: 63.326.243/0002-15  
RUA PAISSANDU, 1842, CENTRO | CEP: 64.001-120  
TERESINA - PI Fone (86) 3131-1123 :: Email: nfse@medimagem.com.br  
Diretor Técnico:

Atendimento 1544522  
Paciente: RAFAEL MESQUITA  
Endereço: AVENIDA JOÃO ISIDORO FRANÇA, 6745 POTY VELHO,

### Atestado Médico

Atesto para os devidos fins, que o(a) Sr.(a):  
**RAFAEL MESQUITA**  
compareceu a esta Unidade Médica, onde verificamos:

CID: S523

A impossibilidade de trabalhar por: **15 dia(s)**, a partir desta data.

Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370)

Teresina, 29/03/2018

Dr. Jose de Sampaio  
Ortopedia & Traumatologia  
CRM-PI 4370 / TEOT 13855



**PRONTOMED ADULTO**  
CNPJ: 63.326.243/0002-15  
RUA PAISSANDU, 1842, CENTRO | CEP: 64.001-120  
TERESINA - PI Fone (86) 3131-1123 : Email: nfse@medimagem.com.br  
Diretor Técnico:

**RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL**

**IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE**  
**JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370)**

Paciente: **RAFAEL MESQUITA**  
Endereço: **AVENIDA JOÃO ISIDORO FRANÇA, 6745 POTY VELHO**  
**TERESINA PI**  
Data Receita: 29 de março de 2018

1. CEFLEXINA 500 MG -----28 COMP

01 COMP VO 6/6H, 7 DIAS

2. FLANCOX 500 MG-----1 CX .

01 COMP VO 2 X AO DIA, 5 DIAS

3. NOVALGINA 1G -----1 CX

01 COMP VO 6/6H, SE DOR

*Dr. José de Sampaio*  
Ortopedia & Traumatologia  
CRM-PI 4370 / TEOT 13855

IDENTIF. DO COMPRADOR	IDENTIF. DO FORNECEDOR
Nome:	
Iden.:	
Org. Emissor:	Assinatura do Farmacêutico
End.:	
Cidade:	
UF:	Data: ____/____/____
Telefone:	



**PRONTOMED ADULTO**  
CNPJ: 63.326.243/0002-15  
RUA PAISSANDU, 1842, CENTRO | CEP: 64.001-120  
TERESINA - PI Fone (86) 3131-1123 :: Email: nfse@medimagem.com.br  
Diretor Técnico:

**RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE  
JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370)

Paciente: **RAFAEL MESQUITA**  
Endereço: **AVENIDA JOÃO ISIDORO FRANÇA, 6745 POTY VELHO**  
**TERESINA PI**  
Data Receita: 29 de março de 2018

**CODEX 30 MG -----36COMP**

**01 COMP VO 6/6H, SE DOR FORTE**

*Dr. José de Sampaio*  
*Ortopedia & Traumatologia*  
*CRM-PI 4370 / TECT 132.5*

IDENTIF. DO COMPRADOR	IDENTIF. DO FORNECEDOR
Nome:	
Iden.:	
Org. Emissor:	Assinatura do Farmacêutico*
End.:	
Cidade:	
UF:	Data: ____/____/____
Telefone:	



**PRONTOMED ADULTO**  
CNPJ: 63.326.243/0002-15  
RUA PAISSANDU, 1842, CENTRO | CEP: 64.001-120  
TERESINA - PI Fone (86) 3131-1123 :: Email: nfse@medimagem.com.br  
Diretor Técnico:

**RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE  
**JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR (CRM 4370)**

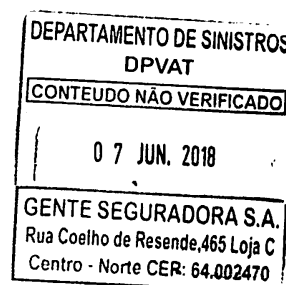
Paciente: **RAFAEL MESQUITA**  
Endereço: **AVENIDA JOÃO ISIDORO FRANÇA, 6745 POTY VELHO  
TERESINA PI**  
Data Receita: 29 de março de 2018

**CODEX 30 MG -----36COMP**

**01 COMP VO 6/6H, SE DOR FORTE**

*Dr. José de Sampaio  
Ortopedia & Traumatologia  
CRM-PI 4370 / TEOT 13853*

IDENTIF. DO COMPRADOR	IDENTIF. DO FORNECEDOR
Nome:	
Iden.:	
Org. Emissor:	Assinatura do Farmacêutico
End.:	
Cidade:	
UF:	Data: ____/____/____
Telefone:	



PRONTOMED ADULTO  
CNPJ: 63.326.243/0002-15  
RUA PAISSANDU, 1842, CENTRO | CEP: 64.001-120  
TERESINA - PI Fone (86) 3131-1234 :: Email: nfse@medimagem.com.br  
Diretor Técnico:

Atendimento: 1544522  
Paciente **RAFAEL MESQUITA**  
Endereço AVENIDA JOÃO ISIDORO FRANÇA, 6745 POTY VELHO, TERESINA, PI  
Data de emissão: 29/03/2018 21:02:14


#### RECEITA MÉDICA

##### RELATORIO MEDICO

O SR RAFAEL MESQUITA ESTA NO POI DE  
OSTEOSSINTESE  
DE FRATURA DO ANTEBRACO DIREITO,  
NECESSITA DE  
120 DIAS DE AFASTAMENTO LABORAL PARA  
RECUPERACAO.

S523

  
Dr. José de Sampaio Carvalho Júnior  
CRM 4370

  
Dr. José de Sampaio  
Ortopedia & Traumatologia  
CRM-PI 4370 / TEOT 13855





Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **RAFAEL MESQUITA**

Nº Sinistro: **3180348862**

Vitima: **RAFAEL MESQUITA**

Data do Acidente: **29/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180348862**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13165318

Pag. 00185/00186 - carta\_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 07 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **RAFAEL MESQUITA**  
Nº Sinistro: **3180348862**  
Vítima: **RAFAEL MESQUITA**  
Data do Acidente: **29/03/2018**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180348862**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00211/00212 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13198846

